

# **Demonstrações Financeiras Anuais Completas**

## **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.**

31 de dezembro de 2020

com Relatório dos Auditores Independentes

- Relatório da Administração
- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

# VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

### 1. Sobre a Companhia

#### 1.1 Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

#### 1.2 Mensagem do Diretor Presidente

O ano de 2020 foi, sem dúvida, atípico e disruptivo, afetando a um nível pessoal e profissional nossas vidas, e sem igual para a VIABAHIA. A pandemia da COVID-19 devastou famílias, mudou a forma como lidamos com o cotidiano, alterou sistemas e processos de negócios, impactando o desempenho econômico como um todo.

O desempenho da economia e restrições advindas da luta contra a pandemia, provocaram uma queda no volume de tráfego e, conseqüentemente, nas receitas. Fomos obrigados a mudar rotinas de trabalho, adotar procedimentos de salvaguarda para a segurança dos nossos trabalhadores, bem como adotar ferramentas de trabalho remoto de forma a garantir a continuidade das operações nas nossas rodovias.

A preservação de vidas e a redução de acidentes de trânsito são compromissos importantes assumidos pela Concessionária. Esses compromissos nortearam nossos esforços para a conquista da certificação em Gestão de Segurança Viária, ISO 39001. A VIABAHIA é a primeira concessionária federal de rodovias a estar em conformidade com os padrões internacionais sobre o tema, atestando a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, como o atendimento pré-hospitalar, 24h à disposição dos usuários.

A preocupação com a segurança não se restringe aos usuários, é um valor da empresa como um todo. Em 2020, a VIABAHIA alcançou igualmente a certificação pela norma ISO 45001, referente à Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional, reconhecendo nosso compromisso com a segurança e a vida dos mais de 600 colaboradores que trabalham em prol das rodovias administradas pela concessionária.

O total de investimentos realizados pela Concessionária, ao longo dos 680.6 km que conectam 27 municípios baianos, soma R\$ 1,92 bilhão, incluindo duplicações, construções de passarelas, viadutos e recuperação de pavimento, garantindo desenvolvimento para a região.

O processo arbitral iniciado em 2019 para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão, ao abrigo da sua cláusula de revisão quinquenal, continua a decorrer dentro do procedimento acordado. O objetivo é adequar o contrato à atual realidade econômica e promover os investimentos necessários ao sistema viário. A fase postulatória, na qual as partes se manifestaram, foi concluída em março de 2021. A expectativa é de que a fase de sentença venha a ocorrer entre o final do ano de 2022 e início de 2023.

Permanece o nosso entendimento de que a revisão do contrato, reestabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro deste, além de ser uma obrigação contratual, é a solução que melhor defende o interesse público, gerando mais valor para os usuários, as comunidades, para os governos Federal, Estadual e Municipais.

Outros destaques de 2020 que, ainda, posso citar:

- Projeto Saúde no Trecho 2020, em parceria junto à VITALMED, totalizando mais de 3.200 atendimentos desde 2018 e reforçando protocolos em biossegurança.
- Campanhas de combate à COVID-19, realizadas em conjunto à VITALMED e SEST SENAT, tendo realizado teste rápidos em mais de 960 profissionais do transporte.
- Execução de 73 km de sinalização horizontal, 4.849 m de Guard-Rail, 76 km de recapeamento (pavimentações, acostamentos e terceiras faixas).
- Reformas de 11 obras de artes (pontes e viadutos).

Novamente, agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, poder público e acionistas, pela confiança e busca pelos resultados, por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade para que, cada vez mais, proporcione segurança nas rodovias sob nossa responsabilidade.

### 1.3 Introdução

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

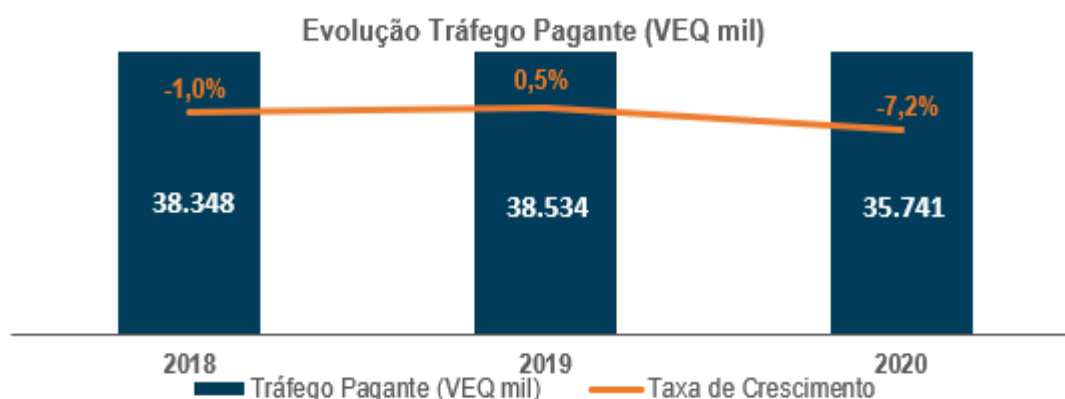
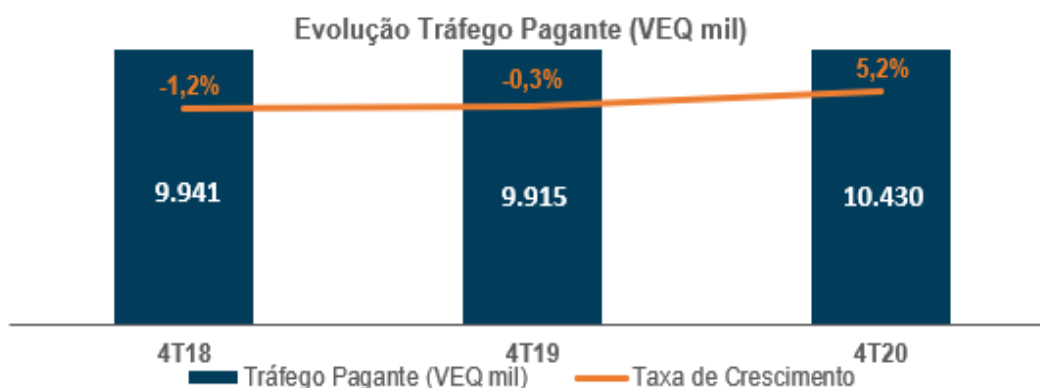
Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo de investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária, o qual é integralmente controlado pela PSP Investments.

No mês de abril de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre os grupos ROADIS e ENGEVIX, através do qual 100% do capital social da VIABAHIA passou a ser detido pelo Grupo ROADIS.

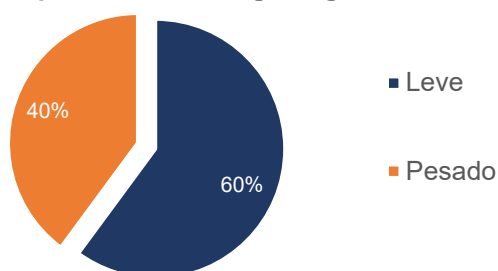
## 2. Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A são definidas pelo contrato de concessão, observando a variação do IPCA e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Atualmente, as tarifas de pedágio cobradas nas praças de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10, respectivamente, conforme Deliberação Nº 274, de 26 de maio de 2020.

Com relação ao volume de tráfego nas rodovias, a Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 4T20, registrou-se 10,4 milhões de veículos pagantes contra 9,9 milhões em comparação ao 4T19, uma melhora de 5,2%, contudo não foi suficiente para recuperar a perda completa gerada pelos efeitos da Pandemia do COVID-19. No ano 2020, registrou-se 35,7 milhões de veículos pagantes contra 38,5 milhões registrado em 2019, uma redução de 7,2% dos veículos pagantes.

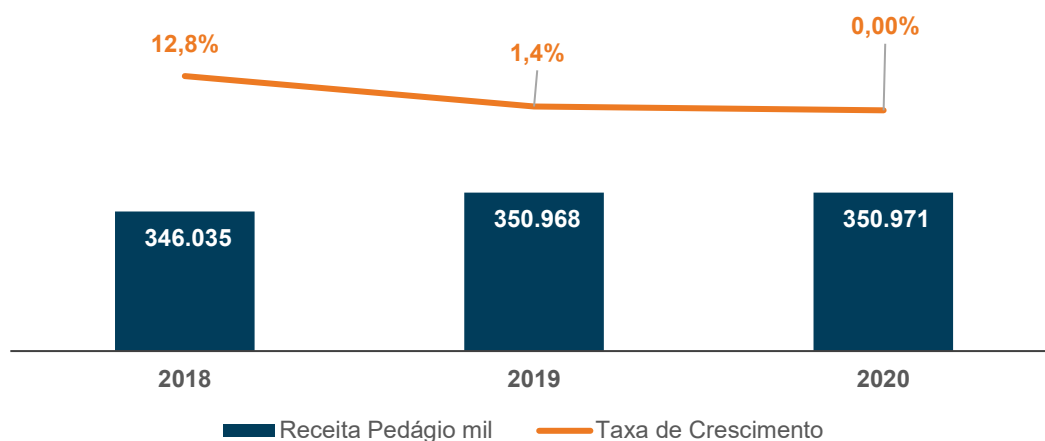


**Composição do Tráfego Pagante 2020**



A arrecadação de pedágio em 2020 somou R\$ 350,9 milhões. Em comparação ao ano de 2019, quando se contabilizou receita de pedágio de R\$ 350,9 milhões, não houve variação por conta que o tráfego de veículos pesados foi melhor em comparação a 2019, puxado por mudanças no perfil da composição do tráfego nas rodovias.

### Evolução Faturamento



## 3. Investimentos

A Companhia iniciou em 2020 o 11º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2020 foi de R\$ 1.921.496, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

No ano de 2020, foram investidos R\$ 54,7 milhões. Destacamos, como principais investimentos, a recuperação de 51 km nas rodovias.

Obras	2019	2020	%
Recuperação da Rodovia	15.134	34.152	>100%
Operação da Rodovia	2.175	3.895	78%
Ampliação da Rodovia	57.820	16.664	(-71%)
Obras em andamento	-	4.191	>100%
<b>Total</b>	<b>75.130</b>	<b>54.711</b>	<b>(-27%)</b>

### 3.1 Captação de Recursos

No mês de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, através do qual foi acordada a criação do Subcrédito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill” no valor R\$ 56.781, que serão liquidadas em parcela única em maio de 2023.

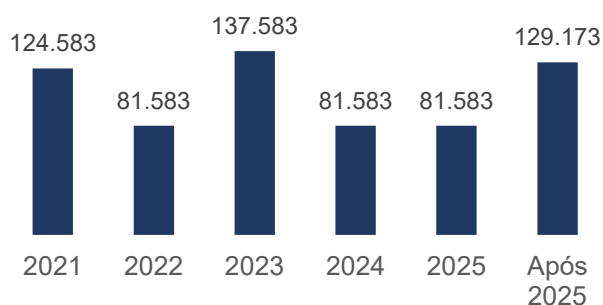
Em junho de 2020 foi transferido o recurso referente ao contrato de empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, para investimentos em obra de manutenção das rodovias que administra com pagamento de juros semestrais com taxa de (2% a.a. + Euribor), com vencimento do principal em 29 de novembro 2021.

Em agosto de 2020, a Companhia celebrou o 5º aditivo junto ao BNDES, acordando a suspensão dos pagamentos de 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida nos termos da medida emergencial de combate aos impactos do Coronavírus anunciado pelo BNDES em março de 2020. O pagamento das parcelas vincendas entre 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020 foi suspenso, enquanto a retomada das amortizações ocorreu em 15 de janeiro de 2021. Os Bancos Repassadores igualmente aderiram à proposta de auxílio emergencial, suspendendo as amortizações mensais para o mesmo período. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

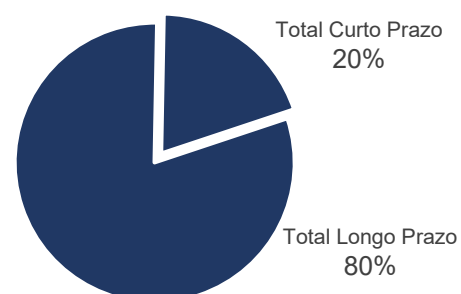
A Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez 2020
BNDES	TJLP + 2,16%	470.813
HAITONG	TJLP + 5,20%	46.058
Votorantim	TJLP + 5,55%	45.416
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	30.800
SOCGEN	Euribor + 2,00%	43.001
<b>Total Saldo Dívida Financeira</b>		<b>636.088</b>

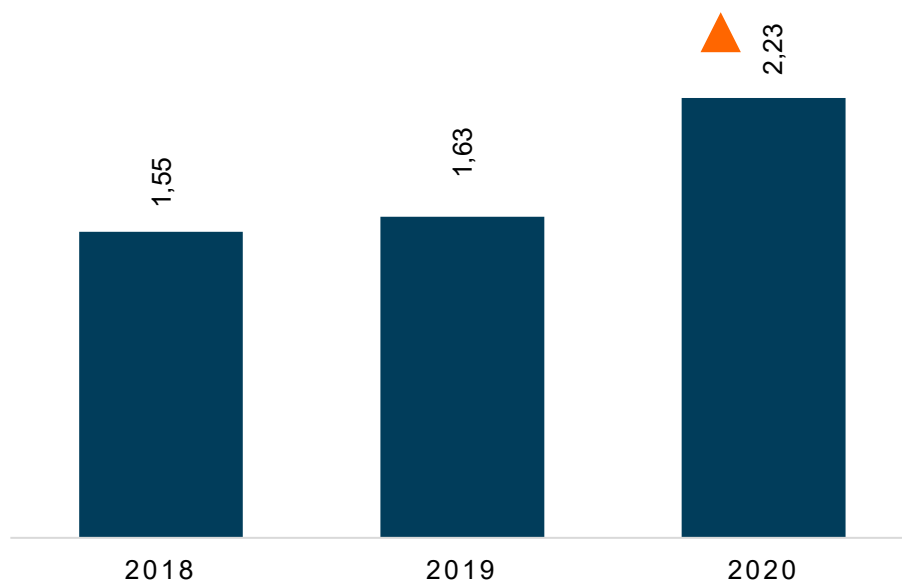
**Cronograma de Pagamento da Dívida sem Encargos (R\$ mil)**



**Perfil da Dívida sem Encargos - (R\$ mil)**



## Índice de Cobertura do Serviço da Dívida



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice em 2020 foi de 2,23x comparado a 1,63x de 2019. A melhora no indicador é decorrente da suspensão do pagamento de 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios. O pagamento das parcelas vincendas entre 15/07/2020 a 15/12/2020 foi suspenso, vindo a ser retomado em 15 de janeiro de 2021. Os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

A Administração mantém-se próximo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, no momento do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, avançar com a revisão dos termos e condições do contrato de financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012, ajustando a liberação de recursos para a retomada de investimentos de grande porte.

Do montante total de R\$ 1.369,3 milhões, R\$ 847,2 milhões foram efetivamente desembolsados, dos quais 35% já foram amortizados. Destaca-se a suspensão temporária dos desembolsos em meados de 2016, desde quando nenhum recurso adicional foi levantado junto ao Banco.

## 4. Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 99,4 milhões, representando 24,26% da Receita Operacional Bruta, o que representa um acréscimo de 10,4% em relação ao valor adicionado líquido de 2019, equivalente a R\$ 90,0 milhões representado por 20,91% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

### 4.1 Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. No exercício de 2020, foi apurado prejuízo no montante de R\$ 37.1 milhões e não haverá distribuição de dividendos.

## 5. Planejamento Empresarial

A Administração dispenderá esforços e recursos na realização de intervenções necessárias a fim de oferecer mais segurança e conforto aos usuários das rodovias dentro da respectiva capacidade financeira atual. Simultaneamente, parte da atenção do time estará focalizada junto ao processo arbitral instaurado junto da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) frente à ANTT. O objetivo do processo arbitral é de aprimorar o contrato de concessão e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, que quando reestabelecido permitirá intensificar a frequência e intensidade das intervenções, além da realização de outros investimentos solicitados pelos usuários e comunidades.

Busca-se constantemente incrementar o resultado operacional através da contínua busca por ganhos na eficiência operacional, fortemente relacionada com redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Como exemplo, destaca-se a homologação junto à Receita Federal da extensão do benefício fiscal emitido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) até 2028, em linha com o planejamento estratégico da Companhia. O respectivo benefício é calculado com base no lucro da exploração e reduzindo 75% da alíquota de imposto de renda. A captura de valor proporcionada por tais reduções é esperada num horizonte de médio prazo.

### 5.1 Efeitos da Pandemia do COVID-19

O COVID-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Em 27 de março de 2020, a Administração criou um plano de contingência emergencial divulgado internamente, para avaliar e procurar mitigar os impactos da pandemia sobre sua operação, incluindo funcionários, prestadores de serviços e comunidade e usuários.

- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema home office, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da VIABAHIA, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância
- Definição de procedimentos para o rodízio entre as equipes, intercalando a presença dos colaboradores, além de executar teste periódicos para detecção de infecções de COVID-19.
- Adoção de todos os meios necessários para conscientizar e prevenir quanto aos riscos do contágio do Coronavírus, incluindo distanciamento social entre os colaboradores, fornecimento de kits para higienização individual, distribuição contínua de máscaras, álcool gel/desinfetantes para as mãos.
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação).
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da VIABAHIA contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

Para minimizar possíveis impactos no planejamento para 2020, especialmente com relação aos investimentos mais robustos e preservar a liquidez financeira diante da crise, a VIABAHIA adotou as seguintes medidas:

- Adesão ao programa emergencial junto ao BNDES e Bancos Repassadores, que suspende os pagamentos de amortizações de empréstimos e juros remuneratórios contratados nas modalidades direta e indireta – medida conhecida no mercado como standstill, por 6 meses. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato;
- Adesão à portaria nº 139, de 3 de abril de 2020 e a portaria nº 245, de 15 de junho de 2020 que foram editadas pelo Ministério da Economia, que prorroga os prazos para recolhimento de tributos federais, em decorrência da pandemia.



- A Companhia implantou plano de contenção das despesas, priorizando investimentos, e contratou empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6,7 milhões equivalentes a R\$ 40 milhões, ao custo de EURIBOR + 2,0% a.a., pagamento semestral de juros e amortização de principal em parcela única no vencimento em 29 de novembro 2021, com possibilidade de postergação.

Após a implementação das medidas acima, com o devido reequilíbrio financeiro promovido pela ANTT, e com a estimativa de que o tráfego retorne aos níveis de antes do início da pandemia a Administração acredita que atravessa o ano 2021 sem problemas de liquidez.

## 5.1 Gestão pela Qualidade Total

A VIABAHIA alcançou a certificação ISO 45001, referente a Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional. O selo é o reconhecimento pelo compromisso com a segurança e a vida dos mais de 600 colaboradores que trabalham em prol das rodovias administradas pela concessionária.

A VIABAHIA também conquistou a certificação em Gestão de Segurança Viária, ISO 39001, vindo a ser a primeira concessionária federal de rodovias a estar em conformidade com os padrões internacionais sobre o tema, atestando a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, como o atendimento pré-hospitalar, 24h à disposição dos usuários, reforçando o compromisso em preservar vidas e reduzir acidentes de trânsito.

Atualmente, a VIABAHIA acumula 04 certificações internacionais: ISO 9001, de Gestão da Qualidade; ISO 14001, de Gestão Ambiental; ISO 45001, de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional; e ISO 39001, de Gestão de Segurança Viária.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

## 6. Recursos Humanos

A Gestão de Talentos Humanos tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu quadro de colaboradores, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. O desejo é que os colaboradores estejam realizados e satisfeitos no desenvolvimento das respectivas atividades, ao mesmo tempo que almejem evolução e crescimento profissional na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Os principais valores são o respeito, a valorização e o reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. As pessoas são vistas como elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, nos quais investe-se na retenção dos talentos, pautando-se por princípios éticos e legais.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2020, ocorreram diversos treinamentos, conforme quantitativos abaixo:

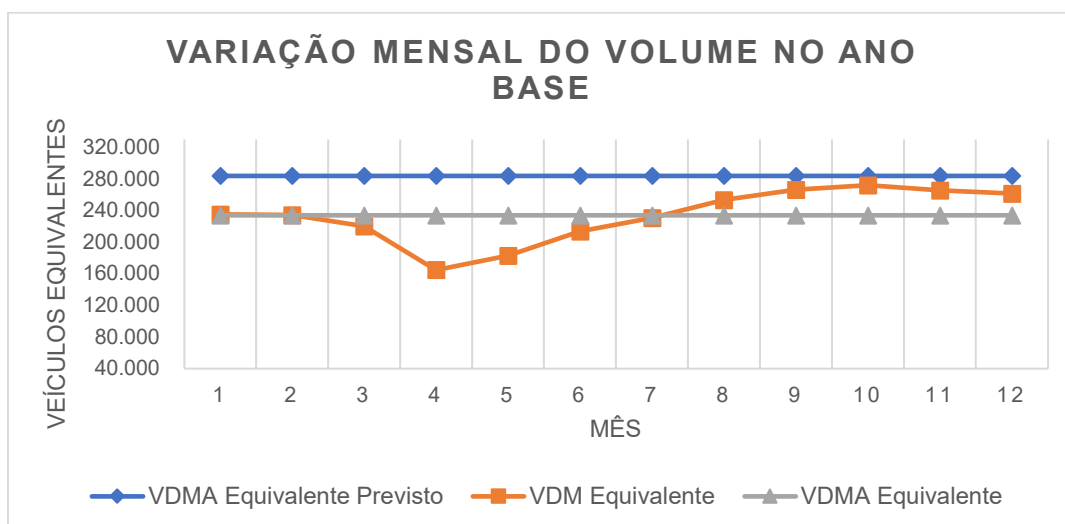
Treinamentos em Números	2018	2019	2020
Turmas	145	134	81
Horas de Treinamento	5.246	4.575	2.175
Participações	702	444	266
Horas Por Trabalhador	7,5	10,3	8,18

## 7. Indicadores Operacionais

Como já informado a Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir o compromisso da concessionária com a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto aos usuários. Destacamos que ao longo dos trechos concessionados, existem quinze bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para captura que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

### 7.1 Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2020, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



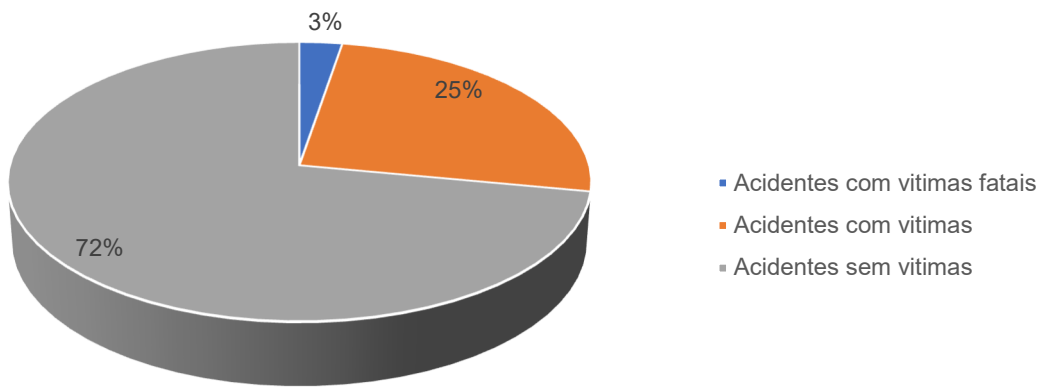
### 7.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2020, foram registrados 3.020, acidentes ao longo da rodovia, um aumento de 8,28% em relação ao ano de 2019, porém houve uma queda de 9% em acidentes com vítimas, conforme dados abaixo:

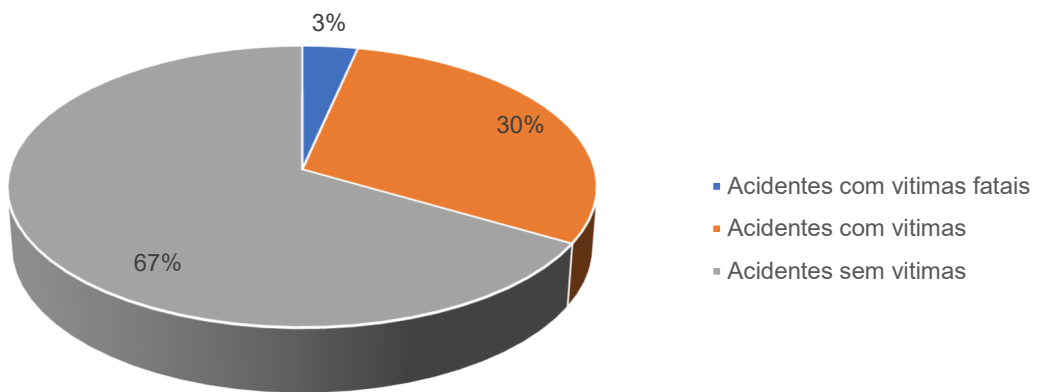
Gravidade de Acidentes	2019	2020
Acidentes com vítimas fatais	95	80
Acidentes com vítimas	836	765
Acidentes sem vítimas	1.858	2.175
<b>Total de Acidentes</b>	<b>2.789</b>	<b>3.020</b>

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidades de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

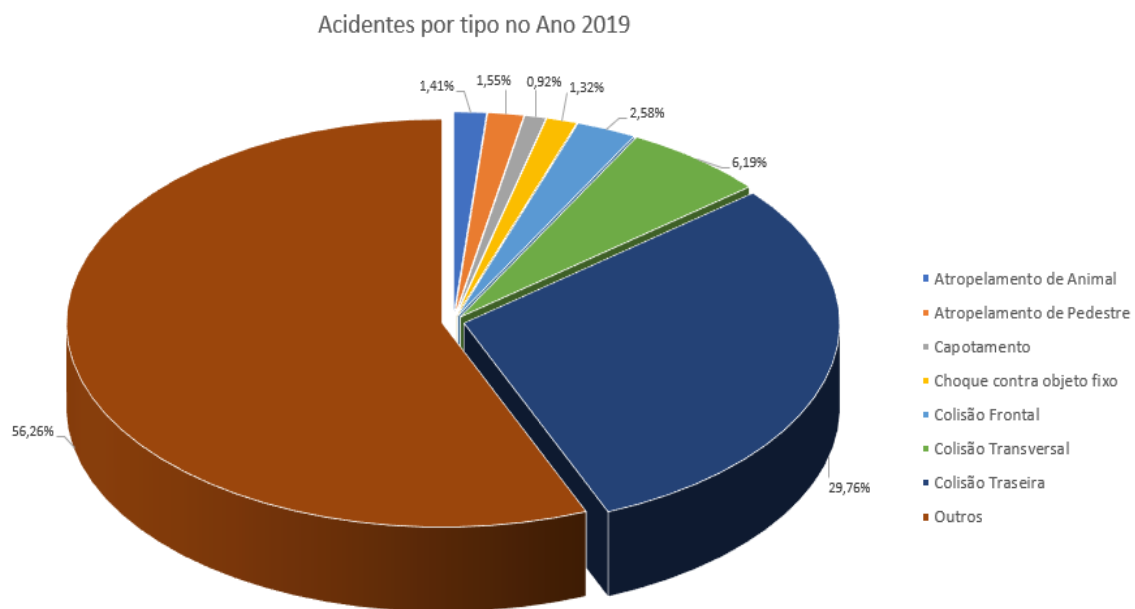
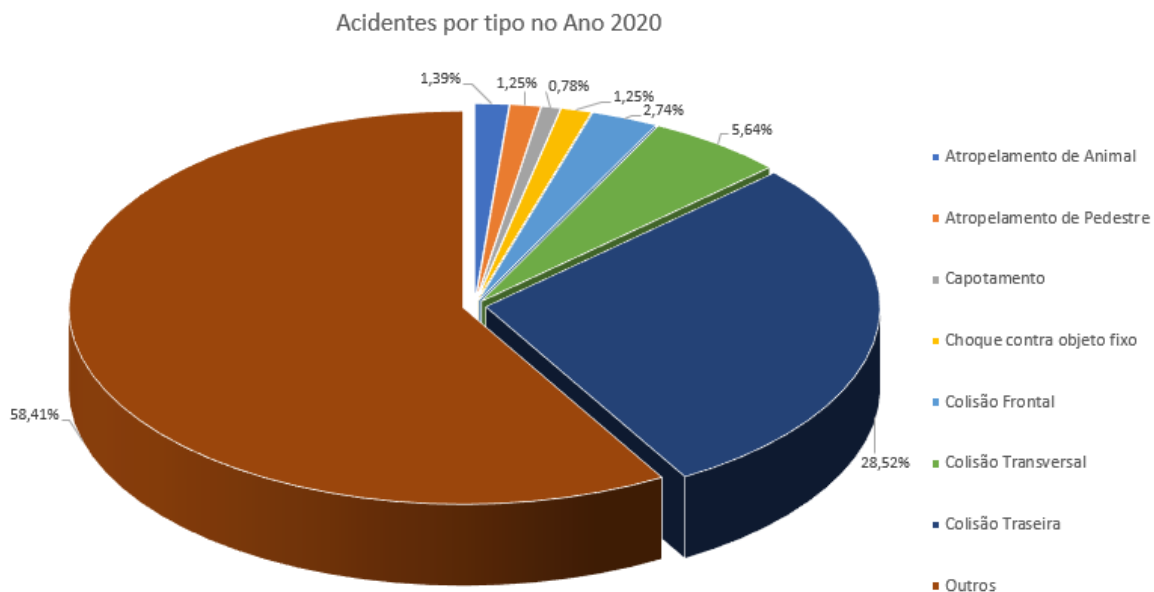
Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2020



Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2019



A figura abaixo apresenta o valor do percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



## 8. Dados da Operação da Concessão

### 8.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Veículos alocados na concessão		
Tipo de Veículos	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	11	1,62
Guincho Pesado	4	0,59
Veículo de Combate Incêndio	3	0,44
Veículo de Captura de Animal	3	0,44
Ambulância Simples (UR)	14	2,06
Ambulância UTI (USA)	1	0,15
Viatura de Inspeção de Tráfego	27	3,97
<b>Total de Veículos Operacionais</b>	<b>63</b>	<b>9,26</b>
Segurança do Trabalho	3	0,44
Faixa de Domínio	5	0,73
Administração	25	3,67
Pedágio	3	0,44
Manutenção	12	1,76
Caminhão	2	0,29
Conservação	11	1,62
<b>Total de Veículos de Apoio</b>	<b>61</b>	<b>8,96</b>
<b>Total de Veículos</b>	<b>124</b>	<b>18,22</b>

## 9. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

**Funcionários alocados na concessão**

<b>Empregados por função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Qtde/100km</b>
Médico *	7	0,57
Enfermeiro *	4	0,33
Resgatista *	126	10,32
Guincho Leve *	37	3,03
Guincho Pesado *	13	1,06
Veículo Combate Incêndio*	7	0,57
Captura de Animal *	7	0,57
Controlador Tráfego	18	1,47
Inspetor de Tráfego	36	2,95
Supervisor de Tráfego	1	0,08
Gerencia de operações	2	0,16
Técnico Operacional	25	2,05
Auxiliar CCO	20	1,64
Operador CCO	10	0,82
Coordenador CCO	1	0,08
Supervisor Fax Domínio	1	0,08
Coordenador Fax Domínio	1	0,08
Analista Fax Domínio	1	0,08
Auxiliar Fax Domínio	4	0,33
Conservação	26	2,13
<b>Total de Pessoal Operacional</b>	<b>347</b>	<b>28,41</b>
Coordenador de Pedágio	3	0,25
Controlador de Pedágio	28	2,29
Arrecadador	297	24,32
Assistente de Pedágio	6	0,49
<b>Total de Pessoal Pedágio</b>	<b>334</b>	<b>27,35</b>
<b>Total de Pessoal</b>	<b>681</b>	<b>55,76</b>

**Nota (\*): Funcionários Terceirizados**

## **10. Aspectos Financeiros**

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. Individualizar por natureza de receita.

### 10.1 Receitas em (R\$ milhares)

	<b>Em 2020</b>	<b>Acumulado</b>
Receita de Pedágio	350.971	2.686.650
Receita Extraordinária	3.133	22.699
Receita de Construção	55.805	1.996.410
	<b>409.909</b>	<b>4.705.759</b>

### 10.2 Investimentos em (R\$ milhares)

	<b>Em 2020</b>	<b>Acumulado</b>
Recuperação da Rodovia	34.152	1.004.362
Operação da Rodovia	3.895	109.789
Ampliação da Rodovia	16.664	807.345
	<b>54.711</b>	<b>1.921.496</b>

### 10.3 Custos Operacionais (R\$ milhares)

	<b>Em 2020</b>	<b>Acumulado</b>
Conservação da Rodovia	47.273	283.673
Provisão para Manutenção	4.546	7.219
Operação da Rodovia	73.291	639.965
Monitoração da Rodovia	603	11.021
Custo de Construção	54.711	1.921.496
Depreciação e amortização	135.494	746.012
	<b>315.918</b>	<b>3.609.386</b>

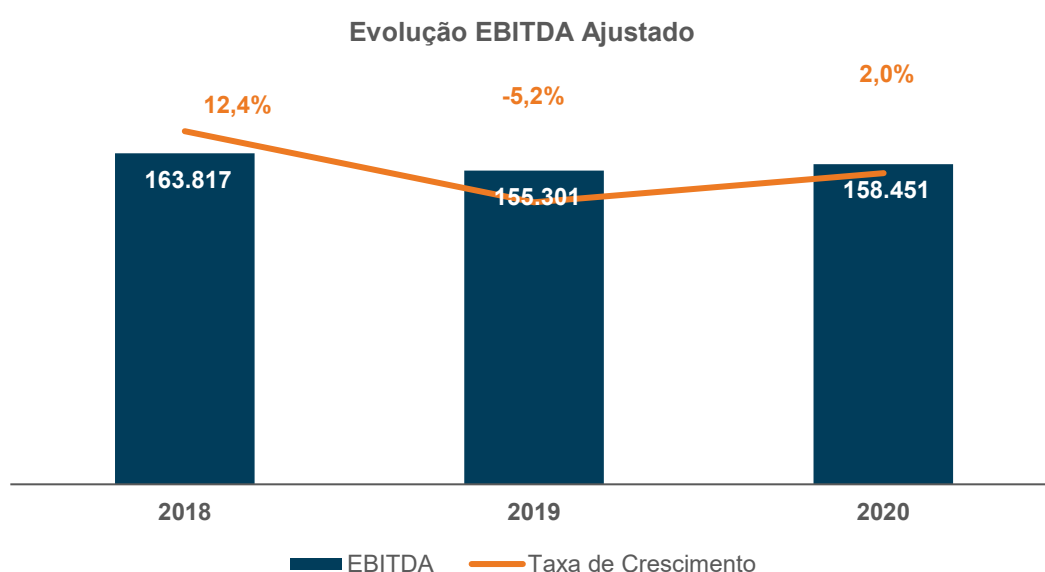
## 10.4 Desempenho Econômico-Financeiro

<b>Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Var%</b> <b>20/19</b>
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	372.564	430.638	409.909	-4,81%
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	349.049	354.005	354.104	0,03%
- Receitas com Pedágio	346.035	350.968	350.971	0,00%
- Receitas Acessórias	3.014	3.037	3.133	3,16%
- Receita de Construção (IFRS)	23.515	76.633	55.805	-27,18%
Tributos sobre serviços da Operação	(30.376)	(30.120)	(30.677)	1,85%
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	318.673	323.885	323.427	-0,14%
(+) Receita de Construção (IFRS)	23.515	76.633	55.805	-27,18%
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	342.188	400.518	379.232	-5,31%
Custos Operacionais	(271.056)	(340.055)	(315.918)	-7,10%
- Custos de Manutenção	(42.215)	(55.068)	(47.273)	-14,16%
- Provisão de Manutenção	54	(2.622)	(4.546)	73,38%
- Custos de Operação	(71.591)	(72.549)	(73.291)	1,02%
- Custos de Monitoração	(309)	(487)	(603)	23,82%
- Custo de Construção (IFRS)	(23.053)	(75.130)	(54.711)	-27,18%
- Depreciação e Amortização	(133.942)	(134.199)	(135.494)	0,96%
Lucro Bruto	71.132	60.463	63.314	4,72%
- Despesas Administrativas e Outras	(41.462)	(48.346)	(43.000)	-11,06%
- Depreciação e Amortização	(970)	(1.083)	(1.195)	10,34%
EBIT	28.700	11.034	19.119	73,27%
(+) Depreciação e Amortização	134.912	135.282	136.689	1,04%
EBITDA	163.612	146.316	155.808	6,49%
Ajustes	205	8.985	2.643	-70,58%
- Receita de Construção (IFRS)	(23.515)	(76.633)	(55.805)	-27,18%
- Custo de Construção (IFRS)	23.053	75.130	54.711	-27,18%
- Provisão de Manutenção	(54)	2.622	4.546	73,38%
- Provisão Contingências	721	7.866	(809)	0,00%
Valor EBITDA ajustado	163.817	155.301	158.451	2,03%
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	<i>51,4%</i>	<i>47,9%</i>	<i>49,0%</i>	<i>2,17%</i>
Resultado Financeiro Líquido	(98.660)	(85.316)	(79.226)	-7,14%
Prejuízo Antes do IR e CS	(69.960)	(74.282)	(60.107)	-19,08%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e Corrente	23.815	25.420	22.999	-9,52%
Prejuízo do exercício	(46.145)	(48.862)	(37.108)	-24,06%

- I. Receita Bruta (excluindo-se Receita de Construção) 2020 comparada ao montante registrado em 2019, houve variação imaterial.



- II. Custos e despesas apresentam uma redução de 7,6% frente aos valores de 2019, impactado principalmente pela atualização no cronograma de intervenções como consequência (i) do volume de chuvas registrados ao final de março a agosto 2020 (ii) imprevistos reportados por prestadores de serviços específicos que postergaram o início de obras de manutenção e recuperação da rodovia. Foram iniciados em outubro as intervenções de manutenção e recuperação nas rodovias.
- III. Com a conclusão do processo que visa reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, seguida pela retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.
- IV. Resultado operacional acumulado em 2020 superior em 2,03% frente aos valores de 2019, impactado principalmente pelo atraso nas intervenções de manutenção nas rodovias.
- V. Resultado financeiro apresentam uma redução de 7,14%, frente aos valores de 2019, impactado pela redução da taxa de juros a longo prazo (TJLP), descontando-se R\$ 4,4 milhões de juros recebidos de aplicações financeiras.



<b>Informações de Balanço (R\$ mil)</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
a. Patrimônio Líquido	672.847	623.985	586.877
b. Ativo Total	2.190.530	2.094.434	2.151.182
c. Número de ações	635.121	635.121	635.121
d. Valor patrimonial da ação	1,06	0,98	0,92
e. Média ponderada de ações	635.121	635.121	635.121
f. Resultado Líquido por ação (média ponderada)	(0,07)	(0,07)	(0,06)

### 10.5 ISS Repassados em (R\$ milhares)

Além de melhorar as condições das rodovias sob sua administração, a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. também contribui para o desenvolvimento dos municípios que margeiam as rodovias BR-324 – rodovia Eng. Vasco Filho e BR-116 – rodovia Santos Dumont.

Desde o início da concessão, foram repassados mais de R\$ 204,3 milhões em Imposto Sobre Serviço (ISS). A destinação dos recursos é de responsabilidade de cada administração local, que pode ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública.

A tabela mostra o valor do ISS (próprios e de terceiros) repassados para os 27 municípios no ano base.

<b>Município</b>	<b>Em 2020</b>	<b>Acumulado</b>
Amélia Rodrigues	986	10.767
Antônio Cardoso	559	4.767
Boa Nova	435	4.008
Brejões	487	3.809
Candeias	1.104	7.644
Cândido Sales	703	5.638
Conceição do Jacuípe	161	1.517
Encruzilhada	598	4.923
Feira de Santana	2.002	21.726
Irajuba	609	4.737
Itatim	686	5.832
Jaquaguara	1.054	9.468
Jequié	1.320	12.604
Lafaiete Coutinho	76	232
Manoel Vitorino	564	4.623
Milagres	399	3.430
Nova Itarana	613	5.029
Planalto	554	5.238
Poções	659	5.604
Rafael Jambeiro	497	5.989
Salvador	1.430	14.218
Santa Terezinha	458	3.846
Santo Amaro	192	1.530
Santo Estevão	1.381	10.538
São Sebastião do Passé	778	7.209
Simões Filho	1.166	14.551
Vitória da Conquista	2.934	24.890
<b>TOTAL</b>	<b>22.405</b>	<b>204.365</b>

## 10.6 Tarifa de Pedágio

A tabela a seguir apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

<b>Categoria</b>	<b>Tipo de Veículo</b>	<b>BR-116</b>	<b>BR-324</b>
1	01 – Automóvel, caminhonete e furgão	R\$5,10	R\$2,90
2	02 – Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	R\$10,20	R\$5,80
3	03 – Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R\$15,30	R\$8,70
4	04 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$20,40	R\$11,60
5	05 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$25,50	R\$14,50
6	06 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$30,60	R\$17,40
7	07 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$35,70	R\$20,30
8	08 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$40,80	R\$23,20
9	09 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$45,90	R\$26,10
10	10 – Automóvel com semirreboque e caminhonete com semirreboque	R\$7,65	R\$4,35
11	11 – Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	R\$10,20	R\$5,80
12	12 – Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	R\$2,55	R\$1,45

## 11. Concessionária em números

<b>Dados anuais 2020</b>	<b>Descrição</b>	<b>U.M</b>
<b>Quilômetros de rodovia</b>	680,6	Km
<b>Número de veículos que transitaram</b>		
<b>+ Veículos Leves</b>	21.712.532	Unid.
<b>+ Veículos Pesados</b>	14.400.329	Unid.
<b>Números de Praças de Pedágios</b>	7	Unid.
<b>Tarifa</b>	Vide item 10.5	
<b>Número de quilômetros mantidos</b>	680,6	Km
<b>Índice de congestionamento</b>	Por velocidade média dos veículos	
<b>Trânsito Médio Diário Equivalente</b>	100.514	Unid.
<b>Trânsito Médio Diário Anual Equivalente</b>	100.514	Unid.
<b>Equipes utilizadas pelo concessionário</b>	Vide item 9.0	
<b>Índices de qualidade de estrada</b>	Valor de Resistencia a Derrapagem (VRD)	
	Deflexão Características (DC)	
	Flecha na Trilha de roda	
	Índice de Condição de Pavimento (ICP)	
	Índice de Gravidade Global (IGG)	
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)	
	Índice de Retrorrefletância	
	Macrotextura	

	Trincamento (TR)	
<b>Receita de Pedágio</b>	354	Milhões
<b>Custos associados às receitas de pedágio</b>	180	Milhões
<b>Fator Trabalho</b>		
<b>Número de trabalhadores</b>	590	Pessoas
<b>Despesa com Pessoal</b>		
<b>+ Ordenados e Salários</b>	35	Milhões
<b>+ Encargos Sociais</b>	8	Milhões
<b>Fator Capital</b>		
<b>Despesas de Depreciação</b>	137	Milhões
<b>Ativo Líquido</b>	1.921	Milhões
<b>Ativo Bruto</b>	2.659	Milhões
<b>Série Histórica dos Investimentos</b>	55	Milhões
<b>Fatores Intermediários</b>		
<b>Despesa Administrativas</b>	41	Milhões
<b>Despesas em Conservação Manutenção</b>	52	Milhões
<b>Outras Despesas</b>	2	Milhões
<b>Seguridade</b>		
<b>Quantidade de Acidentes</b>	Vide item 7.1.2	
<b>Indicadores</b>		
<b>Receita por km</b>	520	Mil
<b>Custo por km</b>	265	Mil

## 12. Balanço Social

### VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A

#### BALANÇO SOCIAL 2020

(Em milhares de reais)

1) BASE DE CÁLCULO	2020	2019
1.1 Receita Operacional Líquida (RL)	379.232	400.518
1.2 Resultado Operacional (RO)	63.314	60.463
1.3 Folha de Pagamento Bruto (FPB)	24.396	23.953

2) INDICADORES SOCIAL INTERNOS	VALOR (R\$)	% FPB	% RL	VALOR (R\$)	% FPB
2.1 Alimentação	2.851	11,69%	0,75%	2.733	11,41%
2.2 Encargos Sociais	7.890	32,34%	2,08%	7.434	31,03%
2.3 Saúde	3.274	13,42%	0,86%	3.190	13,32%
2.4 Segurança e medicina do trabalho	651	2,67%	0,17%	39	0,16%
2.5 Educação e Desenvolvimento Profissional	185	0,76%	0,05%	236	0,98%
2.6 Outros benefícios	3.843	15,75%	1,01%	2.895	12,09%
<b>Total de Indicadores sociais internos</b>	<b>18.694</b>	<b>76,63%</b>	<b>4,93%</b>	<b>16.526</b>	<b>68,99%</b>

<b>3) INDICADORES SOCIAL EXTERNOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>% FPB</b>	<b>% RL</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>% FPB</b>
<b>3.1 Educação</b>	2	0,01%	0,01%	177	0,74%
<b>3.2 Saúde e saneamento</b>	201	0,82%	0,05%	12	0,05%
<b>3.3 Outros</b>	125	0,51%	0,03%	180	0,75%
<b>3.4 Tributos (excluídos encargos sociais)</b>	9.526	37,94%	2,44%	5.832	24,35%
<b>Total de Indicadores sociais externos</b>	9.584	39,29%	2,53%	6.201	25,89%

<b>4) INDICADORES AMBIENTAIS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>% FPB</b>	<b>% RL</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>% FPB</b>
<b>4.1 Investimentos relacionados com a operação da Concessionária</b>	114	0,47%	0,03%	59	0,25%
<b>Total de Investimentos em meio ambiente</b>	114	0,47%	0,03%	59	0,25%
<b>Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar e eficácia na utilização de recursos, a Concessionária</b>		(X) Não Possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50% a 75% ( ) Cumpre de 75% a 100%		(X) Não Possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50% a 75% ( ) Cumpre de 75% a 100%	

<b>5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>5.1. N° de funcionários ao final do período</b>	590	598
<b>Tempo de serviço</b>	7,29% até seis meses	5,69% até seis meses
	4,41% de seis meses a um ano	2,68% de seis meses a um ano
	7,46% entre um e dois anos	13,71% entre um e dois anos
	20,17% entre dois e cinco anos	23,24% entre dois e cinco anos
	60,68 % mais de cinco anos	54,68% mais de cinco anos
<b>5.2 N° de admissões durante o período</b>	76	55
<b>5.3 N° de demissões durante o período</b>	84	59
<b>5.4 N° de colaboradores terceirizados</b>	770	752
<b>5.5 N° de estagiários</b>	12	18
<b>5.6 N° de colaboradores entre 18 e 25 anos</b>	73	57
<b>5.7 N° de colaboradores entre 25 e 45 anos</b>	467	487
<b>5.8 N° de colaboradores acima de 45 anos</b>	50	54
<b>5.9 N° de mulheres que trabalham na concessionária</b>	273	282
<b>5.10 % de chefia ocupados por mulheres</b>	21,95%	20,41%
<b>5.11 N° de negros que trabalham na concessionária</b>	115	115
<b>5.12 % de cargos de chefia ocupados por negros</b>	12,24%	12,24%
<b>5.13 N° de pessoas com deficiência ou necessidades especiais</b>	18	18
<b>5.14 Total de horas extras pagas</b>	644	595
<b>5.15 Total de INSS pagos</b>	6.168	5.832

<b>5.16 Total de FGTS Pagos</b>	1.634	1.541
<b>5.17 Total de IR recolhido no período</b>	-17.450	-18.708
<b>5.18 Total de CSLL recolhido no período</b>	-5.549	-6.711
<b>5.19 Total de PIS recolhido no período</b>	2.311	2.211
<b>5.20 Total de COFINS recolhido no período</b>	10.665	10.208
<b>5.21 Total de outros tributos recolhidos no período</b>	19.369	18.894

**6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>6.1 Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária</b>	35,35	35,35
<b>6.2 Número total de Acidentes de trabalho</b>	3	3
<b>6.3 Ações de Relevante de Interesse Social</b>	4	4
<b>6.4 Projetos sociais e ambientais são definidos por</b>	(X) Direção ( ) Empregado(as) ( ) Beneficiários ( ) Direção, Empregado(as), Beneficiários	(X) Direção ( ) Empregado(as) ( ) Beneficiários ( ) Direção, Empregado(as), Beneficiários
<b>6.5 Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:</b>	( ) Direção (X) Direção e Gerências ( ) Todos os colaboradores	( ) Direção (X) Direção e Gerências ( ) Todos os colaboradores
<b>6.6 Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária</b>	(X) Todos + CIPA ( ) Não se envolve ( ) Segue as normas da OIT ( ) Incentiva as normas da OIT	(X) Todos + CIPA ( ) Não se envolve ( ) Segue as normas da OIT ( ) Incentiva as normas da OIT



<b>6.7 Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária</b>	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> São exigidos
<b>6.8 Na participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa</b>	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> Apoia <input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> Apoia <input type="checkbox"/> Organiza e incentiva
<b>6.9 Valor adicionado total a distribuir (Valor milhares reais R\$)</b>	99.426	90.043
<b>6.10 Distribuição do Valor Adicionado (%)</b>	15.51% Governo -37,32% Acionistas 84.67% Terceiros 37.14% Retido	12,95% Governo -54,27% Acionistas 102,83% Terceiros 38,48% Retido

## 13. Sustentabilidade

A missão da VIABAHIA é de administrar as rodovias com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Por conta da pandemia e a necessidade de se evitar aglomerações e a preservação da vida no ano de 2020, os projetos e ações que visam estimular a conscientização, participação e a educação dos usuários das rodovias e comunidades no entorno do trecho sob sua administração tiveram redução.

Para preservar a saúde o bem estar e a segurança dos colaboradores, terceirizados e comunidades foram criadas as seguintes medidas:

- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema home office, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da VIABAHIA, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação).
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da VIABAHIA contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

### 13.1. Desempenho Socioambiental

#### Ações dos Caminhoneiros

Durante o período de 27 de março a 17 de abril na cidade de Simões Filho, Feira de Santana e Vitória da Conquista foi criado pontos de apoio aos motoristas em parceria com Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT), VITALMED e Polícia Rodoviária Federal (PRF), realizando mais de 6800 atendimentos gratuitos, onde foram efetuados verificação da pressão e temperatura corporal dos motoristas e orientação sobre COVID-19. Foram oferecidos kits de lanches e de higiene pessoal e orientações rápidas, dicas de como higienizar as mãos, o volante, o câmbio, o freio de mão e o painel dos caminhões e ônibus, de prevenção e cuidados com o veículo, além de ações solidárias de cuidado e valorização do profissional.

#### Saúde no trecho

Através de uma estratégia colaborativa, a VIABAHIA e a VITALMED, o Projeto Saúde no Trecho durante ano de 2020, atendeu mais de 150 pessoas em 03 municípios baianos. A caravana da saúde, realizada contou com o apoio das prefeituras e secretarias municipais de saúde. Uma equipe composta por médicos e enfermeiros percorreram as BRs-324/116 de março até novembro deste ano e realizou teste rápido covid-19, aferição de pressão arterial e teste rápido de glicemia.

Desde a criação do programa, até o momento, foram atendidas aproximadamente 3.500 pessoas.

#### Programa Ser Voluntário

O programa implantando em 2015 o Programa “Ser Voluntario”, desenvolvido para que os colaboradores da VIABAHIA possam doar um pouco do seu tempo e habilidade às escolas próximas aos locais onde residam ou trabalham de uma parada por conta da Pandemia no ano 2020.

Visando sensibilizar o público interno em se envolverem em ações sociais, foi criado uma campanha para o Dia das Crianças e no dia 12 de outubro 2020, onde a equipe da VIABAHIA, fez a doação de brinquedos aos pequenos que vivem em Poções e Vitória da Conquista. Em Poções, os brinquedos foram entregues no Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente de Poções (CEACAP), também conhecido como Casa da Criança. Em Conquista, os pequenos do povoado de Veredinha receberam as doações. Nesta localidade, a VIABAHIA contou com o apoio e participação do clube dos desbravadores Dinamus, da Igreja Adventista.

E não foi só isso. Entre brincadeiras, risadas e muita diversão, a molecada ainda participou de dinâmicas e recebeu doces (cedidos pela médica Gabriela Guimarães, da Unidade de Suporte Avançado – USA da concessionária).

No período do Natal, a VIABAHIA doou alimentos para a o Abrigo Doutores da Alma, localizado no Bairro de São Cristóvão em Salvador, que cuida de mais de 100 crianças e dá suporte as famílias carentes.

### Via Saúde

A VIABAHIA, visando o bem-estar e a qualidade de vida dos seus colaboradores, lançou em 2018 o Programa VIA Saúde, um conjunto de ações que vão desde o incentivo à prática de esportes até a doação de sangue.

Na parte esportiva, a VIABAHIA celebrou parceria com a empresa TRIAÇÃO. A proposta é oferecer aos colaboradores um estilo de vida mais saudável, possibilitando à Companhia uma melhoria dos índices de sinistralidade e produtividade. Durante o período de março a agosto 2020 da Pandemia, para evitar o sedentarismo e manter seus funcionários ativos, foram disponibilizados por meio Digital, Lives pela empresa TRIAÇÃO, com exercícios específicos, para que os funcionários realizassem os treinamentos em casa.

### Via Ambiental

O Programa Via Ambiental foi implantado em 2015 e tem como objetivo trabalhar a temática ambiental com crianças e adolescentes de escolas públicas, localizadas nos municípios interceptados por nossas rodovias. Adotando atividades lúdicas, brincadeiras criativas e peças teatrais, o aprendizado se torna leve e mais eficaz.

Até o momento, aproximadamente 5.000 crianças e adolescentes foram beneficiados com o programa.

## Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2020 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

## Declaração da Diretoria

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 31 de março de 2021

### Diretoria

**José Pedro Guerreiro Bartolomeu**  
Diretor Presidente

**Bruno Viacelli Pontello**  
Diretor Administrativo Financeiro  
Diretor de Relações com Investidores

**Hederverton Andrade Santos**  
Diretor Institucional de Desenvolvimento de Negócio

### Conselho de Administração

**José Pedro Guerreiro Bartolomeu**  
Presidente

**Hederverton Andrade Santos**  
Conselheiro

**Ana Lorente García-Barbón**  
Conselheiro

**Maria Esther Ayuso Gil**  
Conselheiro

**José António Labarra Blanco**  
Conselheiro

**Eduard Soler Babot**  
Conselheiro

**José Ramon Ballestros Martínez**  
Conselheiro

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.**  
Salvador - BA

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

#### Revisão do contrato de concessão rodoviária e plano estratégico de contingência

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, onde a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2020, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 270.905, além de prejuízos no exercício corrente e acumulado nos montantes de R\$ 37.108 e R\$ 210.639, respectivamente. Com o objetivo de superar essa instabilidade financeira e operacional, a administração preparou um plano de contingência contendo um conjunto de ações, tendo como destaque o processo junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no âmbito do procedimento arbitral protocolado no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), requerendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em paralelo, a Companhia vem galgando êxitos nas negociações de postergação de parte dos vencimentos de suas dívidas de curto prazo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da obtenção de novas captações de recursos para complementar as perdas de capital de giro decorrentes de redução da operação. As demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e/ou classificação dos valores de ativos e passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio**

Os sistemas de arrecadação de pedágios são utilizados para mensuração e cobrança das passagens dos veículos, sendo cobrada manualmente pelas cabines ou de forma automática via dispositivo eletrônico de identificação (“TAG”) instalado no interior dos veículos. O direito dessa cobrança decorre do contrato de concessão do serviço público procedida da execução de obra pública. As tarifas dos pedágios são reajustadas anualmente, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista o volume de informações processadas até o registro contábil.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Indagação junto à Administração quanto ao entendimento dos controles relacionados ao reconhecimento da receita;
- Envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia;
- Recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes;
- Confirmação externa junto aos operadores que comercializam o dispositivo eletrônico de identificação dos veículos;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos aplicados, concluímos pela razoabilidade da receita, bem como das informações incluídas nas notas explicativas decorrente da arrecadação do pedágio.

### **Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia**

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a Companhia registra uma provisão no passivo decorrente de gastos relacionados a perspectiva de ampliação da rodovia constante no contrato de concessão, com a denominação Programa de Exploração da Rodovia (“PER”). Para mensurar o valor desses investimentos são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar o fluxo das obras, o valor futuro desses gastos e taxas de desconto a valor presente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pois o reconhecimento dessa provisão envolve julgamento relevante da Companhia na avaliação dos critérios para definição do momento de registro, principalmente no que tange ao valor de atualização desses gastos e taxa de desconto a valor presente.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do ambiente de controle que gera as informações para melhor estimativa da provisão;
- Leitura do contrato de concessão para entendimento das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia;
- Discussão com a administração para avaliação das premissas utilizadas na mensuração desses gastos futuros;
- Avaliação das taxas de atualização dos custos e de desconto do fluxo de caixa;
- Avaliação se todas as divulgações relevantes a esse tema foram divulgadas adequadamente nas demonstrações contábeis.

Com base as evidências obtidas, determinamos que o reconhecimento da provisão decorrente das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia são razoáveis para suportar os valores contabilizados e informações incluídas nas notas explicativas.

### **Avaliação do risco de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados a concessão**

Conforme descrito nas Notas Explicativas<sup>os</sup> 2.5 e 8 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia anualmente, indicativos de riscos que possam existir na redução do valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida, em virtude do contrato de concessão. Nessa avaliação são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar fluxos de caixa futuro, incluindo volumes de tráfego, valor de tarifa, custos operacionais e taxas de desconto a valor presente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, efetuou suas avaliações e concluiu sobre a inexistência de necessidade de reconhecimento de perdas às demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando a discussão em curso com o poder concedente, a Administração efetuou análise adicional sobre a realização dos ativos intangíveis da concessão por meio do cálculo estimado dos valores de indenização relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados, líquidos de descontos potenciais previstos em regulamentação setorial vigente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que possíveis variações nessas premissas podem alterar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira;
- Revisão da metodologia e dos modelos utilizados na mensuração do fluxo de caixa descontado a valor presente do contrato, incluindo a análise da razoabilidade das premissas utilizadas e da integridade dos dados fornecidos pela administração da Companhia;
- Análise de sensibilidade sobre tais premissas para avaliar o comportamento do valor presente do fluxo de caixa, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado;
- Avaliação da aderência aplicada pela Companhia com relação à regulamentação vigente relacionada a indenização de bens reversíveis não depreciados ou amortizados;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Durante o processo de auditoria identificamos a necessidade de ajustes que afetaram o fluxo de caixa apresentado, os quais foram corrigidos pela administração. Ademais, estes ajustes afetaram apenas o fluxo de caixa descontado, sem necessidade de ajuste contábil.

Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente ao processo de determinação do fluxo de caixa descontado, determinamos que estas são razoáveis para suportar os saldos contabilizados como ativos intangíveis e informações incluídas nas notas explicativas.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria em 27 de março de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e ênfase referente a discussão do contrato de concessão rodoviária com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT, por meio de procedimento arbitral, além de outras questões que poderiam acarretar em termos aditivos e modificações no contrato de concessão.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 31 de março de 2021.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

**Manuel Perez Martinez Junior**  
Contador CRC 1 BA 025458/O-0

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	105.552	41.105	Fornecedores	9	53.766	57.006
Contas a receber	4	19.885	19.554	Empréstimos e financiamentos	10	186.223	109.322
Tributos a recuperar		743	1.520	Salários e encargos sociais		4.112	5.485
Despesas antecipadas	5	4.134	2.785	Imposto de renda e contrib. social a pagar		451	510
Outros ativos		774	308	Tributos a recolher		5.937	5.181
Total do ativo circulante		<u>131.088</u>	<u>65.272</u>	Verba de fiscalização	14	572	552
				Valores a pagar com ANTT	12	24.664	24.156
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	103.564	35.360
Depósitos judiciais		2.914	2.180	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	6.958	7.866
Outros ativos		1.633	1.633	Outros passivos		15.317	15.170
Imposto de renda e contrib. social diferidos	13	98.395	73.277	Valores a pagar arrendamento mercantil	15	429	427
Direito de Uso (IFRS16)		1.776	2.292	Total do passivo circulante		<u>401.993</u>	<u>261.035</u>
Imobilizado	7	4.469	5.090				
Intangível	8	1.910.907	1.944.690	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Total do ativo não circulante		<u>2.020.094</u>	<u>2.029.162</u>	Empréstimos e financiamentos	10	412.262	474.262
				Valores a pagar arrendamento mercantil	15	1.576	2.009
				Valores a pagar com ANTT	12	5.004	6.885
				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	733.864	721.441
				Provisão para manutenção	24	7.444	2.774
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	2.162	2.043
				Total do passivo não circulante		<u>1.162.312</u>	<u>1.209.414</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16		
				Capital social		797.516	797.516
				Prejuízos acumulados		(210.639)	(173.531)
						<u>586.877</u>	<u>623.985</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>2.151.182</u></u>	<u><u>2.094.434</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>2.151.182</u></u>	<u><u>2.094.434</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do exercício

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	17	379.232	400.518
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(315.918)	(340.055)
LUCRO BRUTO		<u>63.314</u>	<u>60.463</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(41.504)	(48.906)
Honorário da administração	6	(900)	(900)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas		(1.791)	377
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>19.119</u>	<u>11.034</u>
Receitas financeiras	20	2.017	4.090
Despesas financeiras	20	(81.243)	(89.406)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(79.226)</u>	<u>(85.316)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(60.107)</u>	<u>(74.282)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21	(2.119)	(2.271)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	25.118	27.691
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(37.108)</u>	<u>(48.862)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	22	(0,058)	(0,077)

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(37.108)	(48.862)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(37.108)</u>	<u>(48.862)</u>

---

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital		Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total	
		subscrito	a realizar				realizado
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019		797.516	-	797.516	-	(124.669)	672.847
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(48.862)	(48.862)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>(173.531)</u>	<u>623.985</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020		797.516	-	797.516	-	(173.531)	623.985
Prejuízo do exercício		-	-	-		(37.108)	(37.108)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>(210.639)</u>	<u>586.877</u>

**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(60.107)	(74.282)
Ajustes de			
Depreciação e amortização	7 e 8	136.689	134.598
Provisão (reversão) para contingências		(810)	7.866
Provisão para manutenções	24	4.546	2.621
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.4	46.939	53.840
Apropriação dos custos de transação	10.4	847	1.004
AVP da provisão para investimento da rodovia	11, 20	30.435	32.079
AVP Arrendamento mercantil	20	191	219
Atualização e Multas ANTT	12	692	1.425
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	4	8	192
Baixa de ativo intangível	8, 18	-	684
Margem de lucro de construção	17	(1.094)	(1.503)
		<u>158.336</u>	<u>158.743</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(339)	(3.144)
Tributos a recuperar		777	505
Despesas antecipadas		(1.349)	1.390
Outros ativos		(1.200)	(1.910)
Fornecedores		(3.240)	16.251
Direito de uso pagos		(622)	(569)
Salários e encargos sociais		(1.373)	247
Tributos a recolher		756	789
Outros passivos		(4.214)	(4.500)
Caixa gerado nas operações			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.4	(23.511)	(56.047)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.178)	(1.722)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>121.843</u>	<u>110.033</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(576)	(1.201)
Aquisições de bens do ativo intangível	8	(49.389)	(72.283)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(49.965)</u>	<u>(73.484)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos e financiamentos recebidos	10.4	40.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10.4	(47.431)	(39.372)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(7.431)</u>	<u>(39.372)</u>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>64.447</u></u>	<u><u>(2.823)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	41.105	43.928
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	105.552	41.105
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>64.447</u></u>	<u><u>(2.823)</u></u>

**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITAS</b>		<b>409.909</b>	<b>430.638</b>
Receita de pedágio e acessórias		354.104	354.005
Receita de construção	17	55.805	76.633
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(174.020)</b>	<b>(210.465)</b>
Custo do serviço de construção	18	(54.711)	(75.130)
Custo da concessão		(99.842)	(106.796)
Outras despesas		(19.467)	(28.539)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>235.889</b>	<b>220.173</b>
Depreciação e amortização	7 e 8	(136.689)	(134.598)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		<b>99.200</b>	<b>85.575</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas financeiras	20	2.017	4.090
Outras receitas		(1.791)	378
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>99.426</b>	<b>90.043</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>Pessoal</b>		<b>36.922</b>	<b>34.650</b>
Remuneração direta		22.752	22.575
Benefícios		10.175	9.059
Despesas com desligamento		708	478
Honorários da administração	6	900	900
Encargos sociais (exceto INSS)		1.723	1.602
Outros		664	36
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>15.424</b>	<b>11.664</b>
PIS/COFINS sobre faturamento		12.975	12.419
Imposto de renda e contribuição social		(22.999)	(25.420)
INSS (sobre folha de pagamento)		6.168	5.832
ISS sobre faturamento		17.702	17.701
Outros		1.578	1.132
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Prejuízos		(37.108)	(48.862)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>84.188</b>	<b>92.591</b>
Juros e variações cambiais	20	81.243	89.406
Alugueis		2.945	3.185
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>		<b>99.426</b>	<b>90.043</b>



## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Árvores, Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG;
- BR-324 Salvador - Feira de Santana;
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528;
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- Obras iniciais: compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas;
- Recuperação: obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais;

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- Duplicação condicionada: realização de obras de duplicação de pista da rodovia BR 116 e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos na rodovia BR 324, que totalizam, respectivamente, 441,6 Km e 106,7 Km de extensão, conforme indicado no PER (Programa de Exploração Rodoviária). As obras condicionadas são objeto da revisão quinquenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da VIABAHIA no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão;
- Obras obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras. As obras foram concluídas e estão em operação desde dezembro 19.

#### Investimentos realizados

A Companhia iniciou em 2020 o 11º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2020 foi de R\$ 1.921.496, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

A Companhia estima, em 31 de dezembro de 2020, que para cumprir com as obrigações conforme contrato de concessão necessita do montante de R\$ 837.428 (R\$ 756.801 em 31 de dezembro de 2019) referente a investimentos para ampliação e renovação de rodovias, a valores atuais.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo revisados pelo menos anualmente. A Companhia vem negociando com o órgão regulador o prazo de execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio em sua revisão quinquenal, conforme descrito a seguir.

## **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

#### **Reequilíbrio Contrato de Concessão**

Em 22 de fevereiro de 2017, a ANTT comunicou, através do Ofício nº 096/2017/SUINF, a sua concordância com a abertura do processo da Revisão Quinquenal, prevista na cláusula 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação à sua compatibilidade com as reais necessidades advindas do Sistema Rodoviário e do cenário econômico brasileiro.

Em 8 de junho de 2017, através da carta VB-GEC-0540/2017, foi apresentada à ANTT a primeira proposta da revisão quinquenal, e, em 21 de agosto de 2017, foi entregue a proposta final.

Em 24 de abril de 2018 a ANTT, através do Ofício nº 0228/2018/GEFOR/SUINF efetuou a análise parcial dos parâmetros operacionais, parâmetros de desempenho e propostas de alteração contratual protocoladas na proposta original da Revisão Quinquenal.

Em 10 de agosto de 2018, através da carta VB-GEC-0737/2018 a VIABAHIA cobrou a apreciação célere e motivada dos pleitos, além de propor atuação conjunta, por meio da fixação de cronograma de reuniões e prazos para deliberação final de todas as revisões tarifária e contratual.

Em 07 de maio de 2019, através da carta VB-GEC-0423/2019 a Companhia requer que seja informada a exata situação da análise da 1ª Revisão Quinquenal e que seja definido calendário com prazos para a sua conclusão, que deverão ser estritamente cumpridos pela ANTT.

Em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, com fundamento no art. 22-A da Lei nº 9.307/96, para: i) assegurar que, até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (quinquenal), a ANTT mantenha as mesmas bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução; ii) se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimento, inclusive a de caducidade, respeitado o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iii) se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em setembro de 2019, foi protocolado no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC requerimento de instauração de procedimento arbitral contra a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

## **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

Em 12 de dezembro de 2019, foi deferida a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, para assegurar que até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual, a ANTT mantenha as mesmas bases econômicas-financeiras contratuais, incluindo a condição tarifária, sem nova redução, se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos, inclusive a de caducidade, respeitando o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado e se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em 01 de junho de 2020, o Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC, por meio da ordem processual nº 05 no procedimento arbitral nº 64/2019/SEC7, decidiu pela revogação da medida liminar concedida em 12 de dezembro de 2019 nº 1023220-63.2019.4.01.3400, que assegura que até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual, a ANTT mantenha as mesmas bases econômicas-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução, se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos, inclusive a de caducidade, respeitando o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado e se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Manteve-se, entretanto, por meio da mesma ordem processual, a medida liminar concedida em 24 de outubro 2019 1003068-43.2018.4.01.0000, que suspende a execução das Obrigações e Investimentos previstos no item 2 Seção I do PER, isto é, obras e serviços não obrigatórios, obras e serviços de caráter obrigatório e obras condicionadas, bem como serviços não essenciais, além de suspender a exigibilidade das sanções advindas de eventual descumprimento das obrigações até que haja a conclusão da 1ª Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da agravante. Estamos aguardando manifestação da ANTT sobre a deliberação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC para adoção das medidas pertinentes.

### **Investigações envolvendo a Companhia**

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de 2017 do Contrato de Concessão - Edital nº 001/2008. Até 31 de dezembro de 2020, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1.1. Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia acumulou prejuízos em sua operação no montante de R\$ 37.108 (R\$ 48.862 em 31 de dezembro de 2019) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 270.905 (R\$ 195.763 em 31 de dezembro de 2019). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases inicial e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia, sendo que a previsão de gastos para 2021 está estimada em R\$ 107.975, sendo R\$ 103.564 para obras de recuperação, conforme nota explicativa 11 e R\$ 4.411 para as demais obras. Além da revisão quinquenal do contrato os planos da Administração visam à recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e conseqüentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia.

Em dezembro de 2019, foram finalizados 76 km de duplicação obrigatória, referente aos trechos Contorno Sul de Feira de Santana BR-116 Sul e BR-324, trecho entre Feira de Santana e BA-052, trecho entre BA-052 e Santo Estevão, trecho entre Santo Amaro e BR-242 e implantação de duas passarelas na BR 116, nos Km 426 e 464. Com a entrega dos 9km a Viabahia concluiu a obrigação referente a Duplicação Obrigatória.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. A geração de caixa e os recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

A Administração está discutindo com o BNDES os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$ 1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2020 totalizaram o montante de R\$ 847.275. Não houve recebimento de recursos no exercício de 2020.

Em 09 de agosto de 2018, a Companhia celebrou, com o BNDES, Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças (“Standstill”), através do qual foi acordada a suspensão do pagamento das próximas 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES, no período compreendido entre setembro de 2018 e agosto de 2019.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores referentes as prestações postergadas no período acima mencionado estavam programadas para serem liquidadas em maio de 2020.

Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, através do qual foi acordada a criação do Subcrédito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill” no valor R\$ 56.781, que serão liquidadas em parcela única em maio de 2023.

Em 04 de agosto de 2020, a Companhia celebrou o 5º aditivo junto ao BNDES, acordando a suspensão dos pagamentos de 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida nos termos da medida emergencial de combate aos impactos do Coronavírus anunciado pelo BNDES em março de 2020. O pagamento das parcelas vincendas entre 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020 está suspenso e será retomado em 15 de janeiro de 2021. Os Bancos Repassadores igualmente aderiram à proposta de auxílio emergencial, suspendendo as amortizações mensais para o mesmo período. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

#### 1.2. Efeitos da Pandemia do COVID-19

COVID-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego total das rodovias (BR-116 e BR-324) em comparação com ano 2019: Tráfego de veículos leves (-10,6%), Tráfego de veículos pesados (-1,8%), Tráfego total (-7,35%). A queda está ligada diretamente a pandemia que foi declarada em março de 2020, porém no último trimestre, observamos que o Tráfego voltou aos níveis de pré-pandemia, se comprado com o 4º trimestre de 2019, temos aumento no Tráfego de veículos leves (3,3%), Tráfego de veículos pesados (7,3%) e Tráfego total (4,8%).

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 27 de março de 2020 a administração da Companhia criou um plano de contingência emergencial divulgado internamente, para avaliar os impactos da Pandemia sobre sua operação, funcionários, prestadores de serviços e comunidade e usuários.

Para minimizar possíveis impactos no planejamento para 2020, especialmente com relação aos investimentos mais robustos, e preservar a liquidez financeira diante da crise, a VIABAHIA adotou as seguintes medidas:

- Adesão ao programa emergencial junto ao BNDES e Bancos Repassadores, que suspende os pagamentos de amortizações de empréstimos e juros remuneratórios contratados nas modalidades direta e indireta - medida conhecida no mercado como standstill, por 6 meses. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato;
- Outra medida adotada para mitigar os efeitos da COVID-19, foi a adesão à Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020 e portaria nº 245 de junho de 2020 editada pelo Ministério da Economia, que prorroga o prazo para recolhimento de tributos federais, em decorrência da pandemia;
- A Companhia também está em contenção das despesas, priorizando investimentos e contratou empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, com pagamento de juros semestrais com taxa de 2% a.a. + Euribor, com vencimento do principal em 29 de novembro 2021.

Após a implementação das medidas acima e com a retomada do tráfego aos níveis de antes do início da pandemia, a Administração acredita que atravessa o ano 2021 sem problemas de liquidez.

Para preservar a saúde, o bem-estar e a segurança dos colaboradores, terceirizados e comunidades foram criadas as seguintes medidas:

- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema *home office*, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da VIABAHIA, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância;
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação);
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da VIABAHIA contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis

### Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados a valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços.

### Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

## 2.1. Instrumentos financeiros

### Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:



### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado**

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

### **Custo amortizado**

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

## **2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante

## **2.3. Imobilizado**

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

## **2.4. Ativo intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

## **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo ao ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota Explicativa nº 8.

#### **2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **2.6. Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

## 2.7. Impostos

### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

#### **Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre prestação do serviço de concessão, exceto:

- Quando os impostos sobre prestação do serviço incorridos na aquisição de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre a prestação do serviço é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas/ prestação do serviço;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação do serviço, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### **2.8. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### **Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios**

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### **2.10. Receita de Construção**

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção prestado. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras, conforme demonstrado na Nota 17.

#### **2.11. CPC06 (R2) - IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil**

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a companhia mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 7,5% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito do financiamento do BNDES.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

#### 2.12. Novas normas emitidas ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

#### 2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

#### b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,09% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos no resultado do exercício, durante o período da concessão, é realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

#### d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	6.092	12.329
Aplicações financeiras de liquidez imediata	99.460	28.776
	<u>105.552</u>	<u>41.105</u>

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

As aplicações financeiras em CDB correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 101,0% (98,0% a 99,0% em 31 de dezembro 2019).

#### 4. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	14.184	12.454
Move Mais	2.443	2.332
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	1.197	1.145
ConectCar	775	812
Alelo	1.031	183
Visa vale pedágio	98	163
Outros (a)	1.638	3.938
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.481)	(1.473)
	<u>19.885</u>	<u>19.554</u>

(a) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio (Tim Celular S.A., Petrobras, Odoya Transmissora de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais, Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 14.184 (R\$ 12.454 em 31 de dezembro 2019), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”) são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

#### Provisão Estimada para Créditos em Liquidação Duvidosa

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.281)
Complemento de provisão	(192)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.473)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.473)
Complemento de provisão	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(1.481)</u>



## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 5. Despesas antecipadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Seguros (i)	3.088	2.025
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	661	643
Outras despesas	385	117
	<u>4.134</u>	<u>2.785</u>

- (i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;
- (ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

#### 6. Honorários da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 900 (2019 - R\$ 900), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 7. Imobilizado e ativo de direito de uso

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>										
Saldo inicial	1.415	1.894	664	721	3	25	-	107	131	4.960
Aquisições	-	95	252	41	-	-	2.786	-	934	4108
Transferência/reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	(121)	(121)
Depreciação	(190)	(396)	(235)	(203)	(2)	(7)	(494)	(38)	-	(1.565)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.225</b>	<b>1.593</b>	<b>681</b>	<b>559</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>2.292</b>	<b>69</b>	<b>944</b>	<b>7.382</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>										
Custo	2.093	4.017	3.327	2.073	50	73	2.786	381	944	15.744
Depreciação acumulada	(868)	(2.424)	(2.646)	(1.514)	(49)	(55)	(494)	(312)	-	(8.362)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.225</b>	<b>1.593</b>	<b>681</b>	<b>559</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>2.292</b>	<b>69</b>	<b>944</b>	<b>7.382</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>										
Aquisições	-	78	1.352	58	-	-	-	-	23	1.511
Transferência/reclassificação (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(935)	(935)
Depreciação	(190)	(385)	(402)	(181)	(1)	(8)	(516)	(30)	-	(1.713)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.035</b>	<b>1.286</b>	<b>1.631</b>	<b>436</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>1.776</b>	<b>39</b>	<b>32</b>	<b>6.245</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>										
Custo	2.093	4.095	4.679	2.131	50	73	2.786	381	32	16.320
Depreciação acumulada	(1.058)	(2.809)	(3.048)	(1.695)	(50)	(63)	(1.010)	(342)	-	(10.075)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.035</b>	<b>1.286</b>	<b>1.631</b>	<b>436</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>1.776</b>	<b>39</b>	<b>32</b>	<b>6.245</b>
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10		

(i) Refere-se à reclassificação de licenças implantação do sistema de folha para o ativo intangível.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 8. Intangível

	Construção da infraestrutura (i)			Softwares	Intangível em formação	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos			
<b>Em 31 dezembro de 2018</b>						
Saldo inicial	1.223.541	147.696	681.435	733	17.638	2.071.043
Adição	-	-	11.962	294	46.884	59.140
Baixa'	-	-	(684)	-	-	(684)
Revisão da provisão de investimento	(42.273)	6.637	(15.368)	-	-	(51.004)
Realização provisão de investimento	15.437	2.219	131	-	-	17.787
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(772)	(772)
Baixa de provisão de investimento	(15.437)	(2.219)	(131)	-	-	(17.787)
Amortização	(78.443)	(9.489)	(44.787)	(314)	-	(133.033)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.102.825</b>	<b>144.844</b>	<b>632.558</b>	<b>713</b>	<b>63.750</b>	<b>1.944.690</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>						
Custo	1.461.165	185.991	837.092	4.569	63.750	2.552.567
Amortização acumulada	(358.340)	(41.147)	(204.534)	(3.856)	-	(607.877)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.102.825</b>	<b>144.844</b>	<b>632.558</b>	<b>713</b>	<b>63.750</b>	<b>1.944.690</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>						
Saldo inicial	1.102.825	144.844	632.558	713	63.750	1.944.690
Adição	-	-	10.828	-	4.275	15.103
Transferência	-	64	51.614	-	(51.614)	64
Revisão da provisão de investimento	57.597	7.304	26.117	-	-	91.018
Realização provisão de investimento	34.835	3.973	1.894	-	-	40.702
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(4.992)	(4.992)
Baixa da provisão de investimento	(34.835)	(3.973)	(1.894)	-	-	(40.702)
Amortização	(76.225)	(9.948)	(48.516)	(287)	-	(134.976)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.084.197</b>	<b>142.264</b>	<b>672.601</b>	<b>426</b>	<b>11.419</b>	<b>1.910.907</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>						
Custo	1.518.762	193.359	924.967	4.569	11.419	2.653.076
Amortização acumulada	(434.565)	(51.095)	(252.366)	(4.143)	-	(742.169)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.084.197</b>	<b>142.264</b>	<b>672.601</b>	<b>426</b>	<b>11.419</b>	<b>1.910.907</b>
Prazo remanescente de amortização (anos)	15	15	15	5	-	

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo da amortização do ativo intangível até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

#### 8.1. Movimentação das aquisições

Segue a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Investimentos realizados (nota nº 11) (*)	40.702	29.750
Adições ao intangível (nota nº 8)	106.121	8.136
Adiantamentos a fornecedores (nota nº 9)	(4.992)	(772)
Acréscimo/redução da provisão (nota nº 11)	(91.018)	39.042
Reclassificação (nota nº 9)	64	-
Capitalização de juros (nota nº 10.2)	(394)	(2.370)
Margem de construção (nota nº 18)	(1.094)	(1.503)
	<u>49.389</u>	<u>72.283</u>

(\*) Trata-se de valores pagos, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos).

#### 9. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	48.031	51.548
Cauções contratuais (ii)	5.735	5.458
	<u>53.766</u>	<u>57.006</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2020	31/12/2019
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	139.538	331.275	470.813	494.014
BES (i)	TJLP + 5,2% a.a.	15.451	30.607	46.058	47.458
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	15.152	30.264	45.416	46.538
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	9.852	20.948	30.800	31.686
Subtotal		179.993	413.094	593.087	619.696
(-) Custos de transação (a)		(674)	(832)	(1.506)	(2.352)
(-) Títulos e valores mobiliários (b)		(36.097)	-	(36.097)	(33.760)
<b>Empréstimos e financiamentos Nacional</b>		<b>143.222</b>	<b>412.262</b>	<b>555.484</b>	<b>583.584</b>
Banco Socgen Financ. Ibéria (ii)	Euro + Euribor + 2,0% a.a.	43.001	-	43.001	-
<b>Empréstimos e financiamentos Estrangeiro</b>		<b>43.001</b>	<b>-</b>	<b>43.001</b>	<b>-</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>		<b>186.223</b>	<b>412.262</b>	<b>598.485</b>	<b>583.584</b>

(i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Até 31 de dezembro de 2020, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$ 847.275, com vencimento final em 2027.

Em 10 de julho de 2020, o BNDES junto aos Bancos Repassadores aprovou a suspensão dos pagamentos de 6(seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida nos termos da medida emergencial de combate aos impactos do Coronavírus anunciada pelo BNDES em março de 2020. O pagamento das parcelas vincendas entre 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020 foi suspenso, vindo a ser retomado em 15 de janeiro de 2021. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. Os respectivos aditivos aos contratos de financiamento junto a cada instituição financeira foram formalizados em 04 de agosto de 2020.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

---

#### (a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

#### (b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 36.097 (R\$ 33.760 em 31 de dezembro 2019), remunerada de 98% a 99% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

- (ii) Em 05 de junho de 2020 foi transferido o recurso referente ao contrato de empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, para investimentos em obra de manutenção das rodovias das BR-116 e BR-324 e BAs com pagamento de juros semestrais com taxa de (2% a.a. + Euribor), com vencimento do principal em 29 de novembro 2021.

### 10.1. Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 10.2. Capitalização de juros

A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis, com uma taxa efetiva de 4,12% a.a. em termos reais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram adicionados ao intangível em formação juros no montante de R\$ 394 (2019 - R\$ 2.370).

#### 10.3. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>2020</u>
Até um ano	222.994
Acima de um ano e até dois anos	49.410
Acima de dois anos e até três anos	185.134
Acima de três anos e até quatro anos	110.735
Acima de quatro anos e até cinco anos	40.342
Mais de cinco anos	27.473
	<u><b>636.088</b></u>

#### 10.4. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	66.959	557.371	624.330		
Encargos - resultado	53.840	-	53.840		
Encargos capitalizados	2.370	-	2.370		
Transferências	84.113	(84.113)	-		
Amortizações principal	(39.372)	-	(39.372)		
Pagamentos de juros	(56.047)	-	(56.047)		
(-) Amortização dos custos de transação	-	1.004	1.004		
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(2.541)	-	(2.541)		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>109.322</u>	<u>474.262</u>	<u>583.584</u>		
	<u>Moeda nacional</u>		<u>Moeda estrangeira</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	109.322	474.262	-	-	583.584
Ingresso	-	-	40.000	-	40.000
Encargos - Resultado	43.491	-	503	-	43.994
Encargos capitalizados	394	-	-	-	394
Variação Cambial Liquida	-	-	2.945	-	2.945
Transferências	62.847	(62.847)	-	-	-
Amortização Principal	(47.431)	-	-	-	(47.431)
Pagamentos de Juros	(23.064)	-	(447)	-	(23.511)
(-) Custos de transação	-	847	-	-	847
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(2.337)	-	-	-	(2.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>143.222</u>	<u>412.262</u>	<u>43.001</u>	<u>-</u>	<u>598.485</u>

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 11. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2025, prevê desembolsos de R\$ 837.428 (R\$ 756.801 em 31 de dezembro 2019), sendo que R\$ 103.564 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2021. Essa provisão foi revista, porém a Companhia está aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC. A instauração de procedimento arbitral contra a ANTT foi protocolada em setembro de 2019. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que possibilitará a reavaliação do contrato em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário, nos termos previstos contratualmente.

Seguem os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos em 1º de janeiro	756.801	793.615
Revisão orçamentária (i)	91.018	(39.042)
Ajuste a valor presente	30.311	31.978
Investimentos realizados	(40.702)	(29.750)
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b><u>837.428</u></b>	<b><u>756.801</u></b>
Circulante	103.564	35.360
Não circulante	733.864	721.441

- (i) Em dezembro de 2020, a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados, bem como na revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 e das BA-526 e BA-528, mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. A revisão da provisão é considerada como uma mudança de estimativa contábil do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

#### 12. Valores a pagar a ANTT

Em 2017, a Companhia tinha registrado oito processos passivos com probabilidade de perda provável, no valor nominal de R\$ 4.782. Adicionalmente, em 2018 foram registrados 15 processos passivos com probabilidade de perda provável, no valor nominal de R\$ 7.283. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela taxa SELIC referente a essas infrações.

As penalidades impostas pela ANTT, refere-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;



## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado a seguir:

	2020	2019
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	31.041	31.595
Juros e multas de mora (i)	692	1.425
Pagamentos	(2.065)	(1.979)
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>29.668</u>	<u>31.041</u>
Circulante	24.664	24.156
Não circulante	5.004	6.885

- (i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos das reduções legais, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 13. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2019
Margem de construção	(19.665)	817	(20.482)
Capitalização de juros no intangível	(17.831)	1.160	(18.991)
Ajuste de encargos financeiros - apropriação AVP	68.466	10.306	58.160
Amortização do intangível provisionado	63.715	9.822	53.893
Diferença de taxa de amortização do intangível	(3.993)	290	(4.283)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(512)	288	(800)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	3.022	(275)	3.297
Provisão para manutenção	2.532	1.588	944
Outras provisões	2.661	1.122	1.539
	<u>98.395</u>	<u>25.118</u>	<u>73.277</u>

### 14. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor anual da verba de fiscalização prevista para 2021 é de R\$ 6.864, tendo sido realizado até dezembro de 2020 o valor de R\$ 6.672 (2019 - R\$ 6.501), sendo esse recolhimento efetuado mensalmente. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 572 (R\$ 552 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito é no montante anual de R\$ 1.479 reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor total do gasto relativo à verba para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.403 (2019 - R\$ 1.390). Conforme Nota Explicativa nº 18.

Os compromissos assumidos pela Companhia para pagamento das verbas de fiscalização e de segurança no trânsito são estimados até o final do prazo de concessão e estão demonstrados a seguir.

	<u>2020</u>
Até um ano	8.343
Acima de um ano e até dois anos	8.343
Acima de dois anos e até três anos	8.343
Acima de três anos e até quatro anos	8.343
Acima de quatro anos e até cinco anos	8.343
Mais de cinco anos	73.005
	<u>114.720</u>

#### 15. Valores a pagar de arrendamento mercantil

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia a taxa obtida foi de 8,85% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	427	2.009	2.436
Utilização	(622)	-	(622)
Transferência	433	(433)	-
AVP	191	-	191
	<u>429</u>	<u>1.576</u>	<u>2.005</u>

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 16. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

O capital social integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 797.516, e está representado por 635.121.766 ações ordinárias e sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2019	
	Quantidade integralizadas	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	601.504	94,71
Infravix Participações S.A.	33.617	5,29
	<b>635.121</b>	<b>100,00</b>

Em 06 de abril de 2020 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Roadis Participações na Viabahia Ltda, Roadis Brasil Participações de Infraestrutura Ltda. (na qualidade de compradora) e Infravix Participações S.A (na qualidade de vendedora), através do qual foi acordada a venda e transferência das 33.617.839 ações da Infravix no valor de R\$ 10.000. Distribuído da seguinte forma 33.617.838 ações para Roadis Participações na Viabahia Ltda e 1 ação para Roadis Brasil Participações de Infraestrutura Ltda.

Dessa forma o capital social da Companhia de R\$ 797.516, representado por 635.121.766 ações ordinárias e sem valor nominal, ficou assim distribuído:

Acionistas	31/12/2020	
	Quantidade Integralizadas	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	635.121.765	99,999
Roadis Brasil Part. de Infraestrutura Ltda	1	0,001
	<b>635.121.766</b>	<b>100,00</b>

##### b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, por meio do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em dezembro de 2019, foi aprovada a renovação do incentivo fiscal SUDENE, por meio do Laudo Constitutivo nº 0173/2019, estendendo o prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou um montante de R\$ 1.938, referentes ao incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos. O valor do benefício será constituído como reserva de incentivo fiscal, quando a Companhia apurar lucro.

#### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

## 17. Receita líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receitas de pedágio:</b>		
Numerários (i)	129.818	144.951
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	184.665	169.211
Visa Vale (iii)	21.935	22.057
DBTRANS (iii)	14.463	14.663
Sobras de arrecadação	90	86
	<u>350.971</u>	<u>350.968</u>
<b>Receitas acessórias:</b>		
Receitas extraordinárias	3.133	3.037
<b>Receitas de construção:</b>		
Obras de infraestrutura (iv)	55.805	76.633
Tributos sobre serviços da operação	(30.677)	(30.120)
	<u><u>379.232</u></u>	<u><u>400.518</u></u>

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques;
- (ii) Receitas oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo);
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de obras de infraestrutura	55.805	76.633
Custos de construção	(54.711)	(75.130)
	<u><u>1.094</u></u>	<u><u>1.503</u></u>

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 18. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Custos de conservação:</b>		
Custos com pessoal	(1.548)	(1.351)
Serviços de terceiros (i)	(42.566)	(50.994)
Material, equipamentos e veículos	(2.664)	(2.177)
Outros gastos conservação	(495)	(546)
Manutenção	(4.546)	(2.622)
	<u>(51.819)</u>	<u>(57.690)</u>
<b>Custos de operação</b>		
Custos com pessoal	(21.038)	(19.867)
Serviços de terceiros (ii)	(25.669)	(24.959)
Material, equipamentos e veículos	(12.053)	(12.467)
Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito (nota nº 14)	(8.075)	(7.891)
Seguros	(3.164)	(3.979)
Baixa de Intangível	-	(684)
Depreciação e amortização	(134.977)	(133.022)
Amortização de arrendamento	(517)	(494)
Outros gastos da operação	(3.292)	(3.385)
	<u>(208.785)</u>	<u>(206.748)</u>
<b>Custos de monitoramento</b>		
Serviços de terceiros	(603)	(487)
<b>Custos de construção</b>		
Custos dos serviços de construção (iii)	(54.711)	(75.130)
	<u>(315.918)</u>	<u>(340.055)</u>

(i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia.

(ii) Referem-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.

(iii) Redução em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, item iv.

#### 19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	(19.568)	(18.361)
Serviços de terceiros (i)	(13.925)	(13.457)
Depreciação e amortização	(1.195)	(1.083)
Propaganda e publicidade	(1.124)	(612)
Material, equipamentos e veículos	(598)	(979)
Arrendamentos e aluguéis	(521)	(642)
Gastos com viagens	(620)	(1.122)
Energia, telefone e correspondências	(115)	(128)
Ressarcimento de danos aos usuários	(2)	(19)
Associação de classe	(292)	(329)
Editais e publicações	(298)	(257)
Contingências	810	(7.866)
Contribuição patronal	(18)	(4)
Impostos, Taxas e Cartório	(679)	(242)
Outras despesas gerais e administrativas	(3.359)	(3.805)
	<u>(41.504)</u>	<u>(48.906)</u>

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social.

#### 20. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(43.994)	(53.840)
Variação cambial passiva líquida	(2.945)	-
AVP sobre provisão para investimentos e manutenção	(30.435)	(32.079)
Apropriação dos custos de transação	(847)	(1.004)
AVP sobre arrendamento	(191)	(219)
Multas e juros de mora parcelamento	(692)	(1.425)
Outras	(2.139)	(839)
	<u>(81.243)</u>	<u>(89.406)</u>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Rendimentos de aplicação financeira	1.640	3.861
Outras	377	229
	<u>2.017</u>	<u>4.090</u>
	<u>(79.226)</u>	<u>(85.316)</u>

#### 21. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(60.107)	(74.282)
Alíquota Vigente	34%	34%
<b>Benefício do IR e CS à alíquota fiscal nominal</b>	<u>20.436</u>	<u>25.256</u>
<b>Incentivos Fiscais</b>		
(-) Incentivos PAT	73	41
(-) Incentivos SUDENE	1.938	-
<b>Adições/(exclusões) permanentes:</b>		
Despesas não dedutíveis	(520)	(260)
Outras, líquidas	1.072	383
<b>IR e CS apresentados no resultado</b>	<u>22.999</u>	<u>25.420</u>

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontra-se a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:</b>		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(2.119)	(2.271)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:</b>		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	25.118	27.691
<b>IR e CS apresentados na demonstração do resultado</b>	<u>22.999</u>	<u>25.420</u>

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 22. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	2020	2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(37.108)	(48.862)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	635.121	635.121
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,06)</u>	<u>(0,08)</u>

#### 23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 31 de dezembro 2018	750	1.270	2.020	
Constituição	-	7.866	7.866	
Atualização monetária	23	-	23	
Saldos em 31 de dezembro 2019	<u>773</u>	<u>9.136</u>	<u>9.909</u>	
Circulante	-	7.866	7.866	
Não circulante	773	1.270	2.043	
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 31 de dezembro 2019	773	9.136	9.909	
Constituição	36	61	97	
Baixa/Reversão	-	(907)	(907)	
Atualização monetária	21	-	21	
Saldos em 31 de dezembro 2020	<u>830</u>	<u>8.290</u>	<u>9.120</u>	
Circulante	-	6.958	6.958	
Não circulante	830	1.332	2.162	
	<u>Depósitos judiciais</u>			
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributário</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2019	861	8	1.311	2.180
Adições	144	4	586	734
Saldos em 31 de dezembro 2020	<u>1.005</u>	<u>12</u>	<u>1.897</u>	<u>2.914</u>

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- i) A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de probabilidade de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 9.120 (R\$ 9.909 em 31 de dezembro 2019).

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de probabilidade de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 126.460 (R\$ 113.418 em 31 de dezembro de 2019), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

- ii) Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 273 (207 em 31 de dezembro de 2019) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$ 500.556 (R\$ 357.949 em 31 de dezembro de 2019) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas. As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária (“PER”);
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;
- (d) Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, nos quais solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 31 de dezembro 2020, foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 63 processos (62 em 31 de dezembro de 2019), no montante total de R\$ 50.688 (R\$ 48.188 em 31 de dezembro de 2019).



## **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

A Administração da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 1, está discutindo com a ANTT a Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

Em abril de 2017, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$ 19.234.

Em 08 de novembro de 2017, foram julgadas improcedentes as impugnações apresentadas pela Companhia. Tendo em vista a avaliação dos consultores jurídicos como perda possível, em 4 de dezembro 2017, foi protocolado o recurso voluntário junto ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 14 de maio de 2019, foi negado provimento ao recurso voluntário apresentado pela Companhia. Tendo em vista a avaliação de nossos consultores como possível, em 19 de junho de 2019, foi protocolado o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 02 de dezembro de 2019, em virtude da decisão julgando improcedente os embargos de declaração opostos pelos outros envolvidos, a Companhia foi intimada a reiterar o recurso especial apresentado em 19 de junho de 2019. Assim, em 11 de dezembro de 2019, foi protocolada petição reiterando o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda. Em 29 de setembro de 2020, a Companhia teve ciência sobre a decisão que admitiu parcialmente o Recurso Especial. Nesse sentido, em virtude da admissão parcial do Recurso Especial, em 02 de outubro 2020, a Companhia protocolou recurso (Agravo) perante a Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda visando a total admissibilidade do Recurso Especial. Em 08 de dezembro foi rejeitado pela 1ª turma CSRF (Conselho Administrativo de Recursos Especiais) o Agravo interposto.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como “possível” a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 24. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 7,5% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrerão a partir de 2025.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue.

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para manutenção	2.672	4.546	7.218
Encargos financeiros (i)	102	124	226
	<u>2.774</u>	<u>4.670</u>	<u>7.444</u>

Refere-se à recomposição do passivo ajustado a valor presente.

#### 25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

##### a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

##### b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de “benchmark” de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

#### d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e de flutuações das taxas de câmbio para suas operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 10), dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

#### e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

#### f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP e flutuações das taxas de câmbio para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Estrangeiro	Alta Eurib 6m	(860)	(1.075)	(1.290)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	(26.985)	(33.732)	(40.478)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	2.711	2.033	1.356

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Estrangeiro	Euribor 6 meses	2,00%	2,50%	3,00%
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	2,00%	1,50%	1,00%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

#### g) Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

#### Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP e flutuações das taxas de câmbio.

O quadro a seguir apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

	<u>Classificação Inicial pelo CPC 38</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>	<u>Nova classificação de acordo com o CPC 48</u>
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	105.552	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e fin. Nacional	Valor justo por meio de resultado	593.087	Custo amortizado
Empréstimos e fin. Estrangeiro	Valor justo por meio de resultado	43.001	Custo amortizado
Fornecedores	Valor justo por meio de resultado	53.766	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Valor justo por meio de resultado	15.317	Custo amortizado

#### h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 pode ser assim sumariado:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 10)	598.485	583.584
Total dos valores a pagar a ANTT (nota explicativa nº 12)	29.668	31.041
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3)	<u>(105.552)</u>	<u>(41.105)</u>
Dívida líquida	<u>522.601</u>	<u>573.520</u>
Total do patrimônio líquido	<u>586.877</u>	<u>623.985</u>
	<u>0,89</u>	<u>0,92</u>

## 26. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

## 27. Transações não envolvendo caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimentos não envolvendo caixa, portanto esta não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Juros capitalizados no montante de R\$ 394 (R\$ 2.370 em 31 de dezembro de 2019), vide Notas Explicativas nº 10.2.

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 28. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Bens segurados</u>	<u>Montante cobertura</u>	<u>Vencimento</u>
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	150.000	Março/2022
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.790	Setembro/2021
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	129.866	Outubro/2021
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/2021
Responsabilidade civil	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/2021
Garantia processo judicial	Processo judicial nº 8033392-10.2019.8.05.001 Terrabras Terraplenagens do Brasil	13.224	Maior/2023

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- **Seguros contra danos materiais:** cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão;
- **Garantia de execução:** seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações;
- **Seguro de responsabilidade civil:** cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão;
- **Seguro de responsabilidade civil:** cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente;
- **Seguro de responsabilidade civil:** cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativos ao escritório sede, localizado na Rua Jacaratiá, nº 106 - Caminho das Árvores, Salvador-Bahia.
- **Seguro de responsabilidade civil:** cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retroescavadeiras, roçadeiras e caminhões.
- **Seguro judicial:** cobertura sobre pagamentos de valores que a companhia necessite realizar no tramite do processo da Terrabras do tribunal de justiça da Bahia.

## **VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **29. Eventos subsequentes**

Em 18 de março de 2021, foi publicado no DOU a Portaria nº 327, que aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes -Rodovia, proposto pela Viabahia, nessa mesma data foi protocolado o pedido de homologação junto à Receita Federal. O incentivo fiscal consiste na suspensão da incidência do PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação destinadas ao ativo imobilizado e intangível de pessoa jurídica habilitada.